

137 "Uma petição de boa vontade"

Esta é a mensagem do presidente José Sarney ao Congresso Nacional:

Senhores Membros
do Congresso Nacional,

No início desta sessão legislativa, que coincide com a etapa final de votação da nova Constituição da República, queremos renovar o sentimento do mais profundo apreço e da mais íntima admiração pelas duas Casas do Legislativo, em seus gabinetes, corredores e plenários formei minha personalidade política e onde aprendi que a defesa ou a condenação de ideias não são óbices à convivência civilizada entre pessoas de diversas formações e convicções. Fórum intransferível onde se disputam todos os interesses que tecem à vida social, o Congresso é também, o sobretudo, o sítio do diálogo necessário, o espaço desarmado dos que se armam apenas de intenções democráticas. Contemplado do alto gressos três anos de transição institucional, é grande e belo o espetáculo de um Legislativo que renasce, depois de longa crise, retemperado pelo advento da Assembléa Nacional Constituinte.

Este é apenas um dos muitos motivos para orgulho de quantos, nestes três anos, se empenharam em dotar este país de verdadeiras instituições democráticas e de formas civilizadas de convívio político e social. O verdadeiro teste de uma democracia consiste, no meu entender, na firmeza com que defendemos nossos princípios e na capacidade que demonstramos para tolerar a força com que os nossos adversários defendem suas convicções. O compromisso de respeito ao conflito é uma petição de boa vontade e não, como muitos pensam, uma forma de acalmar ânimos. O respeito à divergência visa ao entendimento, à solução que ultrapassa a visão unilateral dos problemas e não ao impasse pelo aprofundamento, permanente dos conflitos.

País devastado secularmente pelo abandono da educação do seu povo, ostentando índices cruciais de miséria absoluta ou disfarçada, com pressões de demanda social que, no quadro atual de geração e distribuição de renda, no campo e nas cidades, a economia não pode atender de imediato, o Brasil precisa empreender a sua grande travessia histórica, que é passagem para uma sociedade menos discriminatória e mais fraterna. Essa travessia terá que se dar no quadro de instituições democráticas, cujo teste supremo será a capacidade brasileira de gerar soluções de integração social. De onde se concretizará o desenvolvimento econômico, a melhor distribuição de renda e o reforço das instituições políticas, consistentes peças da mesma estrutura democrática, que é o desafio da nossa e das futuras gerações.

Se esta é perspectiva correta de encarar os problemas nacionais, tenho plena consciência de que o Poder Executivo, durante os três anos de seu governo, mesmo lutando com crises de antecedentes seculares, procurou lançar as bases de um comportamento voltado prioritariamente para as camadas menos assistidas da população e empenhou-se em criar o mais amplo espaço político possível para o debate, a controvérsia e o conflito bem-intencionados. Nunca foi tão ampla, como hoje, a liberdade de opinião, de reunião e de manifestação. Sobre o equívoco dos que usam essa liberdade para a ofensa e a provocação pária, contudo, este imenso painel de um país sempre motivado para a participação em tudo que lhe diz respeito. Esta é a faina da democracia.

Não escolhi, fui lançado a este destino de chefe de governo. Como fruto da opção pelo serviço à causa pública, já me considerava realizado, e amplamente feliz, por ter governado o meu estado e representado a minha gente do Maranhão no Congresso Nacional. Os fatos, que se sucederam, nos idos de 1984, nos colocaram, a mim e a muitos outros companheiros do Parlamento, numa confluência da História que nos permitiu antecipar de um mandato presidencial o reencontro do Estado com a vontade popular de mudança do regime, que fora manifestada nas ruas. Foi este, nunca é demais lembrar, o sentido da Aliança Democrática, que tornou possível a aclamação, mais que eleição indireta, da chapa liderada pelo pranteado presidente Tancredo Neves.

Mais que um mandato a cumprir, determinado pela Constituição vigente, tinha o presidente eleito a clara consciência de que fora escolhido para guiar, pela busca permanente de consenso, a sociedade brasileira na sua difícil travessia institucional. Missão suprapartidária, eis que engolvia, e necessário é que continue envolvendo, homens de boa vontade de muitos partidos e de diversas convicções ideológicas. A imposição histórica daquele momento, que se prolonga nessa ultrapassava vaidades pessoais e projetos políticos específicos de grupos ou partidos.

O trauma político da morte de Tancredo Neves não eliminou o objetivo da transição institucional, mas confundiu e dificultou os caminhos que pareciam tão nítidos na palavra e na ação do presidente eleito.

Companheiro de Tancredo Neves, em uma aliança imposta pelo interesse nacional, vi-me subitamente lançado numa situação de espanto e desconforto. Espanto diante da tragédia. Desconforto diante do destino que me aguardava e que hinguem de bom-senso, poderia prever, imaginar e, muito menos, almejar. Procurei, e outra coisa não faço nem desejo, senão estar à altura do desafio lançado à sociedade brasileira. Concluído por temperamento e avesso, por natureza, à extravagância dos delírios de afirmação pessoal, decidi governar com as diretrizes traçadas e as pessoas escolhidas por Tancredo Neves, mesmo aquelas que, sabidamente, não eram de seu agrado íntimo. E o fiz enquanto foi possível dividir, com os partidos que me apoiavam, a responsabilidade pelas medidas, certas ou erradas, que a administração adotava. De responsável máximo, pelas decisões do governo, tornei-me responsável único porque não busco, nem me cabe, subtrair-me do julgamento da História e de meus concidadãos.

Senhores congressistas,

Compromissos honrados — Ao convocar, em 1985, a Assembléa Nacional Constituinte, cumpri um dos compromissos formalmente assumidos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e a Frente Liberal, quando do estabelecimento da Aliança Democrática.

Com a reforma eleitoral também preconizada por aquela Aliança:

— possibilitou-se a liberdade de organização partidária;

— nasceram novos partidos ou se legalizaram formalmente agremiações políticas há longos anos marginalizadas da vida nacional;

— todos os partidos tiveram acesso democrático aos meios de comunicação;

— os analfabetos conquistaram o direito ao voto;

— promoveram-se eleições diretas, abertas, livres, em todos os níveis do País, com o maior número de candidatos e eleitores de que se tem notícia na história político-partidária da Nação;

— Após promovermos a recuperação da pres-

tigio dos poderes Legislativo e Judiciário, termos caminhado no sentido do fortalecimento progressivo da Federação, assegurado a autonomia e liberdade sindicais, iniciado a reforma agrária e adotado medidas fundamentais nos campos político e econômico, vi com grata satisfação que, já em 1987, havíamos cumprido todos os compromissos assumidos pela Aliança Democrática. Conquistas políticas e sociais que, em 1985, pareciam ainda longínquas estavam asseguradas.

Em 1987, a renovação política por que passa a Nação atingiu cada estado, com a tomada de posse dos governadores eleitos diretamente.

Orientamos a ação executiva para a solução prioritária dos graves problemas sociais que afligem a Nação, na luta para eliminar a miséria, a fome e as desigualdades de renda.

Esta prioridade está patente em todas as ações do Governo, na alocação de recursos para os programas sociais e no planejamento econômico.

Programas de Ação — Adotamos, em 1987, o Programa de Ação Governamental, que define os programas setoriais do Governo até 1991. Suas diretrizes prevêem a geração de oito milhões e 400 mil novos empregos no quinquênio e dão ênfase especial aos investimentos na área social e ao desenvolvimento do mercado interno, paralelamente à expansão das exportações.

Os gastos do Governo Federal nos principais setores sociais já alcançam, hoje, cerca de 9,5% do PIB, taxa superior à de países em estágio de desenvolvimento equivalente ao do Brasil.

O Nordeste — A prioridade ao desenvolvimento do Nordeste tem sido garantida através de programas específicos: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Programa São Vicente, o Programa de Irrigação do Nordeste e o incremento dos recursos em investimentos produtivos em geral.

Os setores de educação, saúde, saneamento básico, alimentação e habitação têm merecido a mais cuidadosa atenção do governo em todo o País.

Educação — Temos dado passos significativos para nos aproximarmos do objetivo de universalização do acesso à escola. Só em 1987, foram transferidos três bilhões de cruzados para os Estados, que permitiram a criação de 467 mil novas vagas no primeiro grau. Além disso, foram alocados quatro bilhões e 900 milhões de cruzados no Programa Municipal e Intermunicipal de Educação, o que possibilitou a criação de 841 mil e 931 vagas, também no primeiro grau.

Por outro lado, têm os alunos recebido alimentação e livros didáticos. Só em 1987 foram 25 milhões os beneficiários da merenda escolar e distribuíram-se cerca de 55 milhões de livros didáticos a alunos do primeiro grau.

Saúde — Também objetivo nosso é o acesso igualitário aos serviços de saúde pública, para o que temos dado continuidade à implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde. O governo tem posto no primeiro plano de seu empenho na área social a assistência médica e previdenciária. Em 1987, estendemos aos trabalhadores rurais os benefícios da Previdência Social. Houve uma intensificação do controle de doenças transmissíveis, como a dengue, a doença de Chagas e a malária. Aids mereceu uma nova e especial atenção, como início das medidas para maior controle dos bancos de sangue, que culminaram na promulgação da Lei Henfil, de nº 7.649, de 27 de janeiro do corrente ano. Temos também dado continuidade às campanhas de vacinação, por exemplo, contra a poliomielite, sarampo, difteria, tétano e coqueluche.

Saneamento — No setor de saneamento básico, foram contratadas operações de financiamento pela Caixa Econômica Federal no montante de 64 bilhões e 300 milhões de cruzados. As obras em curso estarão beneficiando cerca de sete milhões de pessoas, com 750 mil novas ligações domiciliares de água e 356 mil ligações de esgoto sanitário.

Alimentação e Nutrição — Tem posto o governo no primeiro plano de suas preocupações os programas de alimentação e nutrição. Ao todo, estes programas atenderão a 49 milhões de brasileiros no ano passado. Dentro do Programa de Suplementação Alimentar foram distribuídas 212 toneladas de alimentos. O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes cresceu quatro vezes: de um milhão e 500 mil crianças atendidas no final de 1986 subiu, em 1987, para seis milhões de crianças atendidas por dia.

O Programa de Complementação Alimentar, executado pela LBA (Legião Brasileira de Assistência), assistiu a uma média de um milhão e meio de crianças e nutriizes ao mês.

Construção Civil — O setor de construção civil recebeu novo impulso, sendo os subsídios direcionados para a população de menor renda. Somente em 1987 foram assinados junto à Caixa Econômica Federal contratos de financiamento para a construção de cerca de 275 mil moradias. Este número crescerá com as facilidades de financiamento concedidas no final de 1987. Além disso, ativaram-se as construções para a população de baixa renda, inclusive em regime de mutirão, dentro do qual está em curso a construção de 500 mil casas em apenas três meses (124 dias), 30% das quais no Nordeste e 60% no interior desta e de outras regiões do País.

O Brasil retomou os investimentos em áreas fundamentais para o crescimento, como são os setores de transporte, comunicação e energia.

Transportes — Aplicaram-se investimentos em cerca de dois mil quilômetros de rodovias vicinais, além de promover-se a restauração de 4 mil quilômetros de rodovias e a conservação de 63 mil quilômetros.

Foi mantido também o programa de investimento nos trens urbanos, expandindo a capacidade dos carros e ampliando a cobertura do sistema nas diversas regiões metropolitanas.

Na área dos transportes urbanos, instituímos o vale-transporte, que já beneficia 12 milhões de trabalhadores e deverá beneficiar 20 milhões até meados de 1988.

Energia Elétrica — Investimos 105 bilhões de cruzados no setor de energia elétrica, equivalentes, à época, a 2 bilhões e 300 milhões de dólares, que se concentraram prioritariamente no Norte e Nordeste. Aumentamos em 4.450 megawatts a potência instalada no País, um crescimento de 10,4% em relação a 1986. Esse acréscimo de potência ocorreu principalmente em Itaipu, em Tucuruí, em Rosana e na termelétrica de Presidente Médici. Além disso, inauguramos as linhas de transmissão em corrente contínua de Foz do Iguaçu a São Roque e de Foz do Iguaçu a Ivaiporã. E iniciamos obras de grande porte, como a da Hidrelétrica de Xirgô, no Nordeste.

Telecomunicações — O Sistema Telebrás investiu no ano passado cerca de 56 bilhões e 300 milhões de cruzados no Sistema Nacional de Telecomunicações, representando crescimento real de 4,5% em relação aos investimentos de 1986.

As telecomunicações — O Sistema Telebrás investiu no ano passado cerca de 56 bilhões e 300 milhões de cruzados no Sistema Nacional de Telecomunicações, representando crescimento real de 4,5% em relação aos investimentos de 1986.

O número de telefones instalados no País cresceu em 5,3%, 1.200 novas localidades passa-

ram a disponibilidade de serviço telefônico e aumentou, em mais de 20%, o número de telefones de uso público. Houve, além disso, a interligação de 10 mil localidades brasileiras ao Sistema Nacional de Telecomunicações — Telebrás.

Foi com alegria que inaugurei a interligação de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, localizada a 1.116 quilômetros de Manaus, por via fluvial, ao Sistema Nacional de Telecomunicações. Ali instalamos central telefônica com capacidade para 300 terminais e também uma estação terrena de comunicações por satélite. Foi também inaugurada, na Amazônia, a Estação Terrena de Mosqueiro, a maior do Sistema de Comunicações por Satélite instalada na Amazônia.

Foi, ademais, implantada em 1987 a Estação Terrena de Morungaba, em São Paulo, que permitirá a ampliação de 50% na capacidade de escoamento do tráfego internacional de telecomunicações do Brasil.

Senhores congressistas

As realizações sociais e econômicas mostraram-se significativas e, apesar de todas as dificuldades de ajustamento econômico, não houve política recessiva e conseguimos manter o emprego. A taxa de desemprego, que era de mais de 8% quando assumi, fechou em 1987 com 3,8% e está hoje em 3,1%. Uma redução de mais de 60%.

As realizações sociais e econômicas mostraram-se significativas e, apesar de todas as dificuldades de ajustamento econômico, não houve política recessiva e conseguimos manter o emprego. A taxa de desemprego, que era de mais de 8% quando assumi, fechou em 1987 com 3,8% e está hoje em 3,1%. Uma redução de mais de 60%.

Mesmo a produção industrial, que passou por dificuldades no primeiro semestre, cresceu 1% em relação a 1986, ano em que o desempenho do setor fora atípicamente elevado, da ordem de 11%.

Tivemos uma safra agrícola sem precedentes, de 65 milhões de toneladas, coroando um crescimento agrícola de 14%.

Crescimento — No conjunto, a economia cresceu a uma taxa de 3,0%, acima do crescimento populacional de 2,1%, permitindo, assim, aumento da renda per capita. Com esse resultado, o crescimento, no período 1985-87, atingiu média de 6,5% ao ano.

Aqueles que perderam seus empregos, o governo continuou prestando assistência, através do seguro-desemprego, que beneficiou 745 mil trabalhadores.

Embora tenha havido perda do poder aquisitivo dos salários em relação ao período de vigência do Plano Cruzado, eles superaram os níveis de 1985, em termos reais.

Concedemos reajustes substanciais à menor remuneração no País (Piso Nacional de Salários), com ganhos reais a partir de agosto do ano passado. De fato, de agosto a dezembro, o Piso Nacional de Salários cresceu 4,2% reais, maior que o de todo o ano de 1985, que foi de 3,7%, e de 1986, que se situou em 3,5%.

Em 1987 foi, sobretudo, expressiva a recuperação do setor externo. Fechamos o ano com um saldo positivo na balança comercial de 11 bilhões e cem milhões de dólares.

A maior dificuldade é a dívida externa. O Brasil tem mantido sua disposição de negociar e tem dado demonstrações concretas neste sentido, sempre com firmeza e consciente defesa de seus interesses.

Déficit Público — No plano interno, o combate ao déficit público tem merecido renovada ênfase. É importante frisar que, até 1987, não existia perfeita transparência nas contas do governo. Não havia como controlar, com precisão, os gastos governamentais, haja vista a multiplicidade de orçamentos.

Instituímos, para 1988, o orçamento unificado e o submetemos ao controle do Congresso Nacional.

Esse orçamento engloba todas as receitas e despesas do governo federal. Nele se incluem, além das rubricas tradicionais, os desembolsos relacionados com os programas de crédito anteriormente criados pelo Conselho Monetário Nacional, tais como subsídios, aquisição de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos, formação de estoques reguladores, saneamento financeiro dos estados e municípios, abastecimento, financiamento às exportações etc.

Assim, todos os gastos e receitas da União subordinam-se, de modo absoluto, ao processo orçamentário. Passa também a submeter-se ao Congresso Nacional a decisão quanto aos montantes e finalidades dos gastos públicos e elimina-se as fontes autônomas de criação de despesas.

Em 1987, o governo federal apoiou os governos estaduais no equacionamento de suas graves dificuldades financeiras.

Ação Externa — A política externa brasileira atingiu um dos seus momentos mais significativos, através de ações ligadas à integração e cooperação econômica na América Latina e à maior coordenação política entre os países da região. A Argentina, o Brasil e o Uruguai estrearam ainda mais os seus laços econômicos, políticos, culturais e de cooperação científica e tecnológica. O Brasil se associou ativamente ao chamado Grupo dos Oito, que reúne a Argentina, a Colômbia, o México, o Panamá, o Peru, o Uruguai, a Venezuela, e participou da criação de um mecanismo regional de consultas em nível presidencial, cujo marco foi o Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia.

Na Assembléa Geral da ONU, o governo brasileiro deu seguimento à iniciativa referente à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, objeto de nova resolução destinada a afastar a ameaça nuclear da região. Coerente com seu interesse em promover maior aproximação entre a África e a América Latina, o Brasil intensificou seus contatos com os países africanos.

A eleição de nosso País para o Conselho de Segurança da ONU, do qual esteve ausente durante 20 anos, marcou o coroamento de nossa política de fortalecimento dos organismos internacionais e trouxe novas responsabilidades para a diplomacia brasileira.

Houve determinação do governo no cumprimento de todas as suas tarefas administrativas.

Estas realizações não são apenas do Executivo. Para elas tem contribuído em muito o Congresso Nacional, com suas propostas, sugestões e análises. O trabalho de reforma, que será revigorado após a promulgação da nova Constituição, apenas se inicia. Muitas das reformas a serem empreendidas ou aprofundadas vão requerer uma cuidadosa revisão da legislação ordinária.

Da união de nossos esforços na defesa dos mais altos interesses nacionais depende o futuro do Brasil, um futuro de desenvolvimento econômico e social que queremos ver assentado sobre a democracia, a liberdade e a justiça.

Brasília, 1º de março de 1988

JOSÉ SARNEY

Presidente da República